

As Missões Jesuítico-Guaranis e as políticas de preservação do patrimônio histórico-cultural no Mercosul: da nação à integração?

The Jesuit Missions of the Guaranis and Mercosur's cultural-historical heritage preservation policies: from "Nation" towards "Integration"?

Erico Teixeira de Loyola^{*}; Alessander Mario Kerber^{**}

Resumo: O presente trabalho visa a debater algumas das iniciativas tomadas no âmbito do Mercosul para a preservação das Missões Jesuítico-Guaranis, com vista ao fomento da integração cultural do bloco, contrapondo-as às narrativas desenvolvidas pelos órgãos oficiais de preservação do patrimônio cultural no Brasil, na Argentina e no Paraguai, no tocante à preservação do conjunto cultural missionário, nas décadas de 1930 e de 1940. Para tanto, valeu-se de bibliografia já existente que analisa os processos de constituição do patrimônio histórico-cultural no período em questão, que aponta para o caráter "nacionalizante" das práticas patrimoniais em torno das Missões Jesuítico-Guaranis, contrapondo-a a alguns dos projetos encaminhados dentro das instâncias culturais do Mercosul, com vista ao fomento da integração regional. Assim, conclui-se que, embora ainda tenham os Estados participantes do bloco papel preponderante nos processos de "ativação patrimonial" (PRATS, 1997), o sentido que se procura atribuir ao patrimônio missionário é potencialmente diverso daquele elaborado quando da constituição dos referidos órgãos, com maior ênfase ao caráter internacional das Missões, a fim de fortalecer os eventuais laços culturais existentes entre seus Estados-Membros.

Palavras-chave: Patrimônio. Nacionalismos. Mercosul. Integração. Missões Jesuítico-Guaranis.

Abstract: The present paper intends to discuss some of the initiatives that took place within the Mercosur to foster the preservation of the Jesuit Missions of the Guaranis, and, therefore, to increment cultural integration, in contrast with the national narratives developed by Brazilian, Argentinean and Paraguayan official heritage institutions in the 1930s-1940s towards these ruins. To this end, this paper, based on the existent bibliography on the matter, presents and analyses the original "nationalizing" narratives developed by such official heritage institutions in what regards the Jesuit Missions of the Guaranis, and how they differ from the mentioned Mercosur initiatives, in which the national aspect is apparently overlapped by an integration speech. Thus, this work concludes that though the Mercosur state-members are still leading role the processes of "heritage activation" (PRATS, 1997), the narratives consolidated within the bloc cultural instances of bloc are potentially different from those originally imagined when such official preservation bodies were established, with greater emphasis on the international character of the Missions, in order to strengthen the cultural ties between those Member-States.

Key-words: Heritage. Nationalisms. Mercosur. Integration. Jesuit Missions of the Guaranis.

^{*} Possui graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela UFRGS e é Mestre em História pela mesma Universidade, dedicando-se ao tema "As Missões Jesuítico-Guaranis: o Patrimônio Histórico-Cultural e a Integração Regional (1979-1987)". Tem interesse pelas seguintes áreas: História do Brasil, Teoria da História, Patrimônio Cultural, Relações Internacionais, Direito Internacional Público, Direitos Humanos e Direito da Integração. E-mail: ericoloyola@gmail.com

^{**} É Professor Adjunto do Departamento de História e do PPG em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Doutor em História pela UFRGS com estágios de pós-doutorado realizados no Departamento de História da USP e na Universidad Nacional de Cuyo (Argentina). E-mail: alekerber@yahoo.com.br

1. Introdução

Embora indicando o Tratado de Assunção¹, em seu preâmbulo, que o estabelecimento do Mercosul propiciaria as bases “para uma união cada vez mais estreita entre seus povos”, o acordo firmado no ano de 1991 estava longe de privilegiar, naquele momento, o potencial cultural que o projeto de integração oferecia. Com efeito, a necessidade de ampliar as “atuais dimensões de seus mercados nacionais”, inclusive para fazer frente a outras iniciativas em curso, que consolidavam “grandes espaços econômicos” (MERCOSUL, 1991), parecia ser a principal preocupação dos Estados signatários do referido Tratado.

Interesses primordialmente econômicos deveriam dirigir o pretendido estreitamento da união entre os povos de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. Não se fazia presente, pelo menos explicitamente, o objetivo de buscar a constituição de uma identidade supranacional que pudesse concorrer com as narrativas nacionais desenvolvidas em cada um dos referidos Estados.

Contudo, é interessante notar que, antes mesmo da constituição do Mercosul, já não coincidiam as fronteiras políticas com aquelas de natureza econômica. Com efeito, as atuais fronteiras políticas dos Estados sul-americanos, constituídas ao longo do Século XIX, podem ser consideradas muito mais interestatais do que propriamente internacionais, na medida em que as relações humanas não necessariamente respeitam os lindes de fronteira. Isto é, as fronteiras, ademais de áreas de exclusão, podem ser também compreendidas como áreas de interrelação (FREIGA, 2006, p. 26), com todo o potencial que tal análise pode propiciar, fazendo-se interessante compreender, assim, os discursos identitários formados em tais contextos.

No âmbito cultural, para além da identidade nacional, já se podia falar na existência de outras identidades, de caráter transfronteiriço, antes mesmo da constituição de Argentina, Brasil e Paraguai enquanto Estados Nacionais, e também do próprio Mercosul. Para além da “comunidade imaginada” nacional, lastreada na ideia de uma “profunda camaradagem horizontal” (ANDERSON, 2008, p. 34), podemos conceber os indivíduos como detentores de “múltiplas identidades”, fundamentadas em termos territoriais não coincidentes com as fronteiras nacionais (SMITH, 1997, p. 4).

É com base nessas premissas, assim, que pensamos a região das Missões Jesuítico-Guaranis como um espaço privilegiado para analisar tal multiplicidade

¹ Tratado assinado em 1991, entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, para criação de um mercado comum entre esses países (MERCOSUL).

identitária. Afinal, as referidas reduções, podem ser problematizada sem seus aspectos espaciais e identitários sem que as necessariamente as demarquem como exclusivamente argentinas, ou brasileiras ou paraguaias. Ou seja, podem elas se prestar, portanto, não somente à divisão, mas, sim, a pretendida união a que aludia o tratado constitutivo do Mercosul, como se superassem fronteiras, nos seus sentidos territorial, material e/ou imaterial (MEIRA, 2007, p. 86).

Fazendo um paralelo com a proposta de Pomian no que atine às coleções (1984), podemos afirmar, em linhas gerais, que a história do “patrimônio cultural missionário” seria diferente da história dos objetos que hoje fazem parte dele. A história de cada uma das reduções, quando vistas isoladamente ou em seus agrupamentos “nacionais”, traduzem uma narrativa potencialmente diversa daquela que se poderia construir e quando vistas em sua “unidade”, sem considerar as fronteiras de Argentina, Brasil e Paraguai. Nesse sentido, tais ruínas, quando vistas em seu conjunto, atuariam como “intermediários entre os espectadores e o invisível” (POMIAN, 1984, p. 66), dando coerência a uma narrativa pretensamente capaz de tornar vivo um tempo alegadamente já passado, em que as fronteiras nacionais inexisteriam ou não seriam tão relevantes. Deveras, seguindo a proposta do autor, tem-se que:

As coleções [...] são apenas uma componente daquele leque de meios usados para assegurar a comunicação entre os dois mundos, a unidade do universo. Compreende-se então a diversidade dos objectos que as formam, dos locais onde se encontram e dos comportamentos dos seus visitantes, diversidade que corresponde aos vários modos de opor o invisível ao visível, e que não exclui todavia uma homologia das funções mas, pelo contrário, é ela própria um sintoma disso. Todas as coleções estudadas cumprem uma mesma função, a de permitir aos objectos que as compõem desempenhar o papel de intermediários entre os espectadores, quaisquer que eles sejam, e os habitantes de um mundo ao qual aqueles são exteriores (se os espectadores são invisíveis, trata-se do mundo visível e vice-versa). [...] (grifo nosso; POMIAN, 1984, p. 67).

E, de fato, as referidas Missões vêm sendo consideradas como um dos “eixos de uma política de patrimonialização “supranacional” do Mercosul, além de uma via fundamental para o desenvolvimento econômico e social de áreas de fronteira” (VALVERDE, 2012, p. 10). Assim, afora o aspecto econômico, busca-se também, agora, enfatizar o aspecto cultural do projeto integracionista, inclusive no tocante à preservação de certos bens – materiais e imateriais – considerados comuns ao bloco, entre eles o patrimônio dos chamados “Trinta Povos das Missões”².

² Referem-se aos “Trinta Povos às Missões Jesuíticas” constituídos entre os séculos XVII e XVIII no território que atualmente está dividido entre Argentina, Brasil e Paraguai. No Brasil, considerando-se suas fronteiras atuais, existiriam somente sete, os chamados “Sete Povos das Missões”.

É tendo este quadro em mente que o presente trabalho discutirá os processos de patrimonialização das reduções jesuítico-guaranis pelos órgãos oficiais de preservação de Argentina, Brasil e Paraguai, à luz da bibliografia já existente acerca dos processos de constituição do patrimônio histórico-cultural desses países, a partir das instâncias oficiais de preservação. Feito isso, buscar-se-á contrapor tais narrativas, elaboradas principalmente ao longo dos anos 1930-40, a algumas das narrativas e projetos encaminhados junto às instâncias institucionais do Mercosul, que levam a aparentemente considerar tal área para além do nacional.

2. Missões Jesuítico-Guaranis e narrativas nacionais

As discussões atinentes aos imaginários desenvolvidos em torno das Missões Jesuítico-Guaranis, perpassando ou não fronteiras de vários países sul-americanos, e a análise das diversas iniciativas ora em curso para a sua preservação, que podem tanto favorecer a integração regional quanto o fortalecimento de um viés nacionalista, faz-nos pensar nos processos de “territorialização” incidentes sobre aquela área. Ou seja, o espaço missioneiro, adotando a interpretação de Claude Raffestin, pode ser compreendido como “campo de possibilidades”, no qual determinados atores atuam com o objetivo de construir “tessituras”, repartindo-o e formando diversos “sistemas territoriais” dotados de sistemas simbólicos próprios (RAFFESTIN, 1993, p.148-149).

E, enquanto “campo de possibilidades”, deve-se atentar para as narrativas elaboradas em torno das reduções situadas em territórios argentino, brasileiro e paraguaio, principalmente entre os anos 1930-1940, bem como aos atores envolvidos nesse processo, fase em que há inegável reformulação dos aspectos identitários nacionais.

Com vista a fomentar tal integração, far-se-ia necessário reformular certos aspectos identitários nacionais, há muito sedimentados, e ir “além da História-pátria” (WILLIAMS, 2012), e, eventualmente, ensejar a preservação de um conjunto cultural que de fato trespassa fronteiras. Tais processos, entretanto, revelam-se extremamente difíceis, dado o forte enraizamento de um imaginário que justifica a abordagem da questão identitária em termos nacionais. Anne-Marie Thiesse, por exemplo, falando sobre a União Européia e o ideário da integração cultural do continente europeu, explicita, justamente, que as identidades nacionais, “que parecem irredutíveis e ancoradas nas profundezas da história, parecem constituir o maior obstáculo para a União do continente” (THIESSE, 2002, p. 07).

Sendo assim, o processo de construção da “comunidade imaginada” para além do exclusivamente nacional, embora possível, revela-se, de fato, complexo. No caso do Mercosul tal dificuldade também é inegável: como, por exemplo, desenvolver uma narrativa que engendrasse uma eventual identidade “mercosulina”, quando, a princípio, nessa proposta, seria necessário “unir”, em um só “patrimônio”, os residentes de Natal, no Estado do Rio Grande do Norte, e de Ushuaia, na Terra do Fogo?

Tal tensão entre o nacional e o internacional (e outras tensões, em diversos níveis), inegavelmente, fazem-se presentes no caso específico das Missões Jesuítico Guaranis. Conforme Chuva (2009, p. 48), no Brasil, procurando desenvolver uma narrativa que atendesse às necessidades políticas centralizadoras do Estado Novo, o Serviço do Patrimônio Artístico Nacional (SPHAN) optou pela seleção de “bens que representassem uma história remota e originária, inscrita num tempo homogêneo e vazio”. Assim, desenvolvendo uma narrativa que fosse capaz de criar um “elo de continuidade entre a colônia portuguesa e o novo Brasil independente”, decidiu-se por dar proteção ao “patrimônio arquitetônico legado pelos jesuítas, assim como a intensa produção artística de Minas Gerais”, de forma a imaginar as Guerras Guaraníticas e a Inconfidência Mineira como marcos fundadores da nossa nacionalidade (Idem).

O Barroco Mineiro e as Missões seriam, assim, capazes de dar concretude às narrativas idealizadas pelo SPHAN. Logo, não é ao acaso que veio o então sítio arqueológico de São Miguel Arcanjo a ser tombado patrimônio histórico e artístico nacional já em 1938.

Contudo, é importante mencionar que, para os intelectuais vinculados ao SPHAN, o Barroco Mineiro servia melhor à construção de uma identidade nacional brasileira do que às Missões Jesuíticas existentes no Rio Grande do Sul em função da origem lusitana do primeiro e da origem espanhola das segundas.

Rodrigo Melo Franco de Andrade, que foi o diretor do SPHAN desde 1937 até 1967, propunha uma versão sobre a nação brasileira com uma tradição constituída na colônia portuguesa. Conforme Gonçalves (2006, p. 43), o diretor do SPHAN concebia a si mesmo, assim como à elite intelectual de que faz parte, como o responsável pela missão de dar continuidade à “obra da civilização” que vem sendo desenvolvida no Brasil desde os tempos coloniais. Essa obra é pensada como uma “tradição” que assegura a continuidade da nação brasileira. Essa “tradição” é vista como um objeto de conhecimento científico, histórico, e, ao mesmo tempo, como uma fonte de autenticidade pessoal e coletiva. Ela tem de ser descrita e explicada em termos

científicos, racionais, ao mesmo tempo em que deve ser resgatada e defendida como a fonte da identidade cultural brasileira.

Lúcio Costa, então diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos do IPHAN, viajou a pedido de Rodrigo de Andrade para São Miguel das Missões em 1937 e propôs, além de seu tombamento, a construção de um museu. O Museu das Missões seria instalado numa construção projetada para esse fim por Lucio Costa. A obra foi executada pelo arquiteto Lucas Meyerhofer e seu acervo era constituído basicamente de artefatos dos jesuítas nas Missões e peças artesanais produzidas pelos indígenas reduzidos nas missões encontrados na região (CHUVA, 2009, p. 182)

Teria sido nesse sentido, então, a partir de um ponto de vista da monumentalidade arquitetônica que Lúcio Costa justificou o tombamento das ruínas de São Miguel das Missões, e não a partir da justificativa de fazer parte dessa “tradição” que constituiu a cultura brasileira como proposta por Rodrigo de Andrade. Seria nesse sentido que as Ruínas de São Miguel, embora apresentando “um valor histórico”, foram inscritas unicamente no Livro Tombo de Belas Artes (FONSECA, 1997, p. 126).

Aliás, quanto ao tema, informa-nos Maria Cecília Londres Fonseca que:

[...] até o final dos anos 50, eram pouco numerosas as inscrições apenas no LH, sendo o caso, em geral, de casas natais, algumas fortalezas e ruínas. [...] o Livro Histórico, e também, em certa medida, o Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, terminaram por servir para abrigar aqueles bens que, por falta de maior interesse estético, ou por se acharem adulterados ou parcialmente destruídos, não tinham condições de atender às exigências para inscrição no Livro de Belas Artes (FONSECA, 1997, p. 126).

Dessa forma, além dos bens compatíveis com a referida “tradição”, ao Livro Tombo Histórico ou ao Livro Tombo Arqueológico também eram destinados àqueles bens que não gozavam de apelo estético. No entanto, como São Miguel, a partir da avaliação de Lúcio Costa, embora em ruínas e em aparente desacordo com a trajetória da nação, apresentavam “interesse como conjunto arquitetônico” (COSTA, 2004, p. 37), decidiu-se, enfim, pela sua inscrição no LBA³.

De forma semelhante, na Argentina, também é dada ênfase às Missões com o intuito de “resgatar, através do patrimônio tombado pela Comissão [Nacional], uma

³ A corroborar essa aparente “arbitrariedade” dos critérios utilizados para fins de inscrição, convém salientar que, dos quatro tombamentos existentes relativamente à produção missioneira no Rio Grande do Sul, somente as Ruínas de São Miguel apresentam registro unicamente no LBA. As demais ou possuem inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico (remanescentes dos povoados de São Lourenço Mártir e de São Nicolau), ou em ambos os Livros do Tombo Histórico e de Belas Artes (imagens missionárias da Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga) (IPHAN, 2015).

memória específica para contribuir para a construção de uma idéia de Nação Argentina” (URIBAREN, 2008, p.7). Ainda, se no Brasil dá-se ênfase ao barroco mineiro e à herança lusitana, no país vizinho atribui-se especial importância à herança espanhola, da qual o movimento arquitetônico “neocolonial”, por exemplo, seria tributário (Idem, p. 26).

Em verdade, as lutas pela composição de uma identidade nacional se fazem presentes desde os princípios da República Argentina. Estas, por sua vez, são agravadas pelo *boom* imigracional de fins do Século XIX e início do Século XX, tornando urgente o desenvolvimento de padrões identitários que pudessem incorporar a crescente leva de imigrantes ao “ser nacional” argentino (CONTI, 2009, p. 07).

Nesse sentido, Pablo Buchbinder, comentando a obra de José Carlos Chiaramonte, expõe que ao longo do Século XIX a lealdade à República estaria muito mais atrelada a uma espécie de sentimento hispano-americano e/ou provincial do que propriamente argentino ou rio-platense (1994, p. 42). Marcela Ternavasio, por seu turno, chega a falar na existência de um “patriotismo criollo”, em que a adesão ao novo regime dá-se com base em um forte sentimento americanista, que podia fazer referência tanto à “patria chica - la ciudad o pueblo en el que se había nacido o criado - o bien a la gran patria americana” (2009, p.113). Não haveria falar em uma nacionalidade argentina imemorial, preexistente à construção do Estado, sendo isso fruto, por sua vez, de um longo processo, que se estende ao longo do Século XIX (CHIARAMONTE, 1993, p. 62) e ganha novos contornos com os influxos imigracionais na passagem para o Século XX (ROMERO, 2004, p. 124).

Em 1938, é criada, na Argentina, a *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH), órgão dependente do Ministério da Justiça e da Instrução Pública. A essa comissão, conforme o artigo 3º do texto legal que a estabeleceu oficialmente (Lei nº 12.665), editado em 1940, caberá propor ao Poder Executivo a declaração como de utilidade pública lugares de monumentos, imóveis e documentos de particulares considerados de interesse histórico, tanto para fins de expropriação quanto para composição com o respectivo proprietário do bem, de forma a “asegurar los fines patrióticos de esta ley” (ARGENTINA, 1940). Fica claro, no dispositivo em questão, a visão patriótica e educacional que acompanha a concepção de preservação patrimonial, o que parece refletir o posicionamento das correntes conservadoras dominantes da política argentina no período (ROMERO, 2004, p. 149).

Daí decorre a importância atribuída, por exemplo, em começos do Século XX, à educação, em especial ao ensino da História e da Língua Espanhola (SVAMPA apud URRIBAREN, 2008, p. 18), e aos parâmetros estabelecidos pela *Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos* (CNMMYLH), no processo construção de tal história nacional (Idem). E também não é à toa, aliás, que em seguida ao estabelecimento da CNMMYLH, venham a ser tombadas duas reduções situadas na *Provincia de Misiones, San Ignacio Mini* (1943) e *Santa María la Mayor* (1945), tudo dentro dessa concepção educacional da questão patrimonial. Em 1983, por sua vez, serão tombadas outras duas das reduções que hoje integram os sítios declarados como patrimônio da humanidade pela UNESCO, a saber, as reduções de *Nuestra Señora de Loreto* e *Santa Ana* (ARGENTINA, 2008)⁴.

O Paraguai, por sua vez, entre 1870-1936, viveu, no que toca às políticas culturais, o que Mariano Martín Zamorano denomina “Período Liberal”. Cuidou-se de uma fase de relativa inércia dos agentes estatais no que toca à mobilização de referenciais identitários; não se concebia a cultura, naquele momento, como uma “cuestión colectiva”, estando a ação, nesse sentido, muito mais dirigida por agentes privados e associações, principalmente relacionados ao processo imigracional (2012, p. 10).

A partir dos anos 1940, contudo, a situação muda rumo a maior centralização no que diz respeito à organização de âmbito cultural, em razão da tomada do poder pelos militares, em 1936, na esteira da Guerra do Chaco, servindo à mobilização da população paraguaia e à integração do território (FLECHA, 2011). Embora indivíduos e associações seguissem promovendo festividades pela celebração de certas identidades “sectárias”, são essas fortemente controladas pelos regimes autoritários que se seguem, principalmente a partir do “Departamento de Enseñanza Superior y Difusión Cultural”, órgão criado em 1940 (2012, p. 11). Há, nesse período, uma crescente apropriação das imagens do indígena e do mestiço na construção de um ser nacional, tendo o patrimônio cultural também caráter educativo (Idem).

No entanto, ao contrário das iniciativas brasileiras e argentinas no sentido de preservar alguns dos conjuntos reducionais existentes nos seus respectivos territórios, não houve, no Paraguai, nos anos 1930 e 1940, iniciativas oficiais para a preservação daquelas que sobreviveram aos saques e aos incêndios. Somente a partir dos anos 1960 é que se fazem pequenas intervenções em reduções tais como de Jesús de

⁴ As reduções jesuíticas inscritas na UNESCO como patrimônio da humanidade, entre 1983 e 1984, são as seguintes: *San Ignacio Mini*, *Santa Ana*, *Nuestra Señora de Loreto* e *Santa María Mayor*, e São Miguel das Missões.

Tavarengue, para preservá-la (PAGE, 2012, p.15), e, depois de diversas pequenas intervenções, é que se alcança, em 1993, a declaração das reduções de *La Santísima Trinidad de Paraná e de Jesús de Tavarangue* como Patrimônio da Humanidade.

Note-se, contudo, que somente em 2003 é idealizada uma iniciativa tripartite, com o apoio da UNESCO, com vista à preservação do patrimônio guarani comum aos três países⁵. Em resumo, dessa exposição a respeito do processo de preservação das reduções jesuítico-guaranis percebe-se a constante resignificação que recai sobre a “herança” missioneira: a estética monumentalista e pedagógica homogeneizante que alinhavou as práticas patrimoniais estatais dos anos 1930 e 1940 parece defasada em face de um mundo acelerado e multirreferenciado.

Vê-se, portanto, o quanto a construção de uma identidade nacional, ou de qualquer outra, “longe de ser consensual, está ligada aos grupos que são vistos como detendo poder e autoridade legítima para se erigir nos guardiões da memória” (OLIVEN, 2006, p. 26). É nesse entrelaçamento entre discursos diversos, aliás, que se tem a passagem das Missões Jesuítico-Guaranis de seu imaginado idílico isolamento à sua mobilização como símbolo da integração cultural; ainda assim, de uma integração, em um primeiro momento, incompleta, dado que aquelas reduções situadas em território paraguaio só vêm a ser consideradas em seu repertório, pelo menos no âmbito da UNESCO, em 1993.

Tentamos, assim, procurar estabelecer as linhas gerais das práticas institucionais argentinas, brasileiras e paraguaias no tocante à preservação e mobilização das Missões Jesuítico-Guaranis nos seus respectivos processos identitários nacionais, nos anos 1930-1940. Feito isso, passaremos a contrapor-las a algumas das discussões travadas no âmbito do Mercosul a respeito do seu valor simbólico e de sua inter-relação com o projeto de integração.

3. As Missões Jesuítico-Guaranis como marcos da integração

Percebe-se, a partir da análise proposta na seção anterior, que “uma nação moderna não é um ser atemporal, existindo sempre e em toda parte, mas um novo modelo de comunidade política” (GUERRA, 1999, p. 12). Isto é, a nação é fruto de um longo processo de formação de uma “comunidade imaginada”, tributária “de um jogo de conflitos e negociações”, que reelabora, incessantemente, as representações que fazemos dela fazemos (LEWGOY, 1996, p. 18). É nesse sentido, aliás, que,

⁵ Fonte: <<http://whc.unesco.org/en/list/648/documents/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

especificamente com relação aos países latino-americanos, havia o interesse aberto das classes dirigentes em buscar em um passado longínquo as bases identitárias dos Estados Nacionais platinos, sendo tal passado “reconstruído com forte conteúdo de classe, como obra de elites, afirmando-se como fator de viabilização de determinados projetos de finalidade política” (PIMENTA, 2002, p. 32).

Quanto ao tema, Anne-Marie Thiesse (2002, p. 8-9) argumenta acerca da existência de uma *checklist* de ativações patrimoniais que auxiliam no estabelecimento de tal comunidade, formando um conjunto de elementos identitários de orientação nacional. Nesse rol se encontrariam, por exemplo, (a) a reivindicação de filiação a um povo de um passado remoto, (b) a construção de mitos e heróis nacionais, (c) o desenvolvimento de uma língua própria, (d) a escolha de paisagens peculiares, identificadoras da nação, (e) a proteção dada a um folclore local e (f) a escolha de monumentos culturais e históricos em tese representativos de um determinado local e povo. Ora, todos esses itens, complementares e não exaustivos, podem ser conjugados em um esforço comum do Estado, formulando “ficções” que servem ao propósito de desenvolver “identidades nacionais”.

A partir disso podemos reconhecer, também, tal como já abordado na introdução deste trabalho, a construção de narrativas que potencialmente visem à constituição de identidades de ordem transfronteiriça, internacional ou supranacional. Isto é, a “identidade torna-se uma ‘celebração móvel’”, assumindo o sujeito “identidades que não são unificadas ao redor de um ‘eu’ coerente”, havendo, dentro de cada um, “identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções” (HALL, 2002, p. 03). É com base nessas contrariedades, portanto, que, no tocante às Missões Jesuítico-Guaranis, puderam elas ser gradualmente utilizadas pelos nacionalismos brasileiro e argentino e, depois, reutilizadas como parâmetro para uma pretendida integração regional (WILLIAMS, 2012, p. 283). Importante mencionar que assim como a nação, a região também pode ser compreendida como uma “comunidade imaginada”.

No entanto, como também já destacado, o potencial cultural que o processo de integração econômica poderia prover não foi de pronto amplamente considerado pelos Estados envolvidos na negociação do Tratado de Assunção. Com efeito, a dimensão cultural do bloco é uma construção que se dá ao longo do seu processo de constituição, sendo essencial “para garantir sua sobrevivência” (LESSA, 2010, p. 56).

É nesse sentido, inclusive, que aponta Daryle Williams que, entre 1992 e 1995 houve a concordância, entre os Ministros da Cultura dos respectivos Estados Membros do Mercosul, ao longo das respectivas reuniões ministeriais, “em equiparar,

em importância, a integração cultural à liberalização econômica e à consolidação de uma governança democrática”, sendo criado, em 1995, o Comitê Técnico do Patrimônio Cultural, e, em 1996, o “Projeto Misiones Mercosur Cultural”, que incluiu o denominado “Circuito Turístico Internacional das Missões Jesuítico-Guaranis” (2012, p. 298).

Referido Circuito, por sua vez, que inicialmente era integrado unicamente por Argentina, Brasil e Paraguai, é posteriormente conectado à Colônia de Sacramento, no Uruguai (Idem), como que “amarrando” a narrativa construída em torno das disputas ibéricas na região platina. O ano de 1996 é importante, ainda, pelo fato de marcar a assinatura do Protocolo de Integração Cultural do Mercosul, em que concordam os Estados signatários, em seu artigo V, em promover “a pesquisa de temas históricos e culturais comuns, incluindo aspectos contemporâneos da vida cultural de seus povos”(MERCOSUL, 1996).

As seguintes Reuniões - IV (1997), V (1997) e VI (1998) - de Ministros de Cultura não apresentam maiores novidades, não se avançando “na criação de instâncias de circulação cultural e nem no incentivo ao estabelecimento de parcerias com organismos internacionais, como a UNESCO” (SOARES, 2008, p.62). Especificamente com relação às Missões Jesuítico-Guaranis, há a proposta de que cada Estado Membro solicite a “extensão da declaração de Patrimônio da Humanidade aos Povos Guarani”, ideia essa que, contudo, tampouco acaba tendo seguimento (Idem, p. 61). Ainda assim, tal não impediu o aprimoramento de iniciativas não-governamentais para fomentar a integração, como, por exemplo, a criação da Associação de Universidades do Grupo Montevideu, a Bienal do Mercosul, a Feira do Livro de Porto Alegre, etc (Idem, p. 63).

O início dos anos 2000, por sua vez, marca um período em que se avança de forma dificultosa rumo à integração cultural. A X e a XI Reuniões de Ministros da Cultura do Mercosul, por exemplo, ambas ocorridas no ano 2000, chamam à promoção das “indústrias culturais da região”, ratificam “a importância estratégica da cultura para a constituição da identidade regional” e reafirmam o “compromisso com o projeto ‘Missões Jesuíticas’, por sua importância para o desenvolvimento do Turismo Cultural”, mas sem oferecer alternativas concretas para atingir tais objetivos (MERCOSUL, 2000).

Contudo, em 2009, dando novo vigor ao processo de preservação patrimonial, estabelece-se uma “Comissão do Patrimônio Cultural” do Mercosul⁶, cuja primeira

⁶ Não confundir com o Comitê Técnico de Patrimônio Cultural do Mercosul, criado em 1995.

reunião adota o conceito de “itinerários culturais” da UNESCO⁷ para embasar suas práticas e estabelece, dentro de uma iniciativa mais ampla, denominada “Itinerários Culturais do Mercosul”, o projeto “Itinerário Cultural da Região das Missões Jesuítico-Guaranis”. Fruto de reuniões prévias entre representantes do Brasil e da Argentina, esse projeto tinha por objetivos principais dar concretude ao ideal de integração, promovendo tanto a “integração dos valores culturais” quanto o “diálogo intercultural”, valorizando as “heranças e características culturais comuns” (MERCOSUL, 2009).

Em 2012, o modelo é ampliado mediante a proposta de constituição do “Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos” (MERCOSUL, 2012), projeto esse que, conforme seus idealizadores, ademais de aprimorar as práticas de salvaguarda do patrimônio cultural, contribuiria para “o fortalecimento da identidade regional a partir das referências culturais existentes” (Idem, p. 06). Nesse sentido, o aprofundamento da integração, de certo modo, acaba permitindo uma melhor compreensão da heterogeneidade cultural do Mercosul, bem como das peculiaridades do espaço missioneiro, procurando entendê-lo em toda a sua extensão cultural e geopolítica, da Bolívia ao Uruguai, sem necessariamente estabelecer as fronteiras nacionais como marcos delimitadores da análise.

E assim, ampliadas em sua concepção original, pensadas em bases nacionais, as Missões Jesuítico-Guaranis ganham novos significados, na tentativa de refletir de forma ampla a complexidade do espaço missioneiro. Há, assim, uma inegável transformação em termos de compreensão de sua problemática por parte dos entes estatais, quando comparadas as políticas culturais “essencializadoras” dos anos 1930 e 1940, que pensavam as reduções como marcos identitários do nós contra eles, com aquelas que se visam a estabelecer a partir da década de 1990, no âmbito do Mercosul.

4. Conclusões

Conforme procuramos expor, o processo de integração cultural dos países que compõem o Mercosul trouxe desafios às narrativas nacionais desenvolvidas pelos órgãos oficiais em torno do seu patrimônio histórico-cultural. Reconhece-se, no âmbito do bloco, a impossibilidade de que os indivíduos e as culturas vivam em completo

⁷ De acordo com UNESCO, “un itinerário cultural se convierte frecuentemente em uma trama de caminos que, si bien pudo tener um eje central, el trayecto seguido pudo desplazarse en diversos puntos a lo largo del tiempo y a la capacidad de conocimiento del territorio de esta forma su desarrollo em el tiempo y en el espacio perite una interpretación más precisa de la historia. Muchas veces la pérdida total o parcial de tramos o huellas del trayecto, lleva a fragmentación del mensaje cultural y la lectura sistêmica del territorio” (UNESCO, 2009, p. 4, apud VALVERDE, 2012, p. 10).

isolamento; a globalização e o processo de integração econômica, dessa forma, revelam a dificuldade da permanência dos discursos culturais totalizantes e reforçam a necessidade de reconhecer que globalização e integração, ao mesmo tempo em que produzem “processos de homogeneização”, também reforçam a fragmentação, reordenando as “diferenças e as desigualdades sem suprimi-las” (CANCLINI, 2007, p. 44-45).

Nesse sentido, o caminho rumo ao estabelecimento de políticas culturais no âmbito do Mercosul que privilegiem a “mobilização” das Missões Jesuítico-Guaranis, mais do que alcançar uma síntese, deveria dar ênfase ao caráter plural e complexo do fenômeno missioneiro. Esse precisa ser necessariamente considerado tanto em seu sentido temporal, como um processo que se expressa ao longo do tempo, como também espacial, na medida em que foi produzido em uma área que hoje abarca diversos Estados constituídos em bases nacionais, com peculiaridades culturais e dinâmicas políticas próprias. Nesse sentido, decerto, tem importância a atuação do “poder público” enquanto ativador privilegiado do patrimônio histórico (PRATS, 1997, p. 33).

Deveras, o patrimônio cultural não é neutro; ou seja, os significados e a importância eventualmente atribuídos ao referido espaço missioneiro não podem ser considerados intrínsecos, naturais ou auto-evidentes, mas tributários “de um jogo de conflitos e negociações” que reelabora, incessantemente, as representações que dele fazemos (LEWGOY, 1996, p. 18). Nesse sentido, assim, os discursos nacionalistas produzidos pelas instituições de preservação ao longo dos anos 1930-40 na Argentina, Brasil e Paraguai, se revelariam, a princípio, incapazes de abarcar tal caráter mais “amplo” que o processo de integração exigiria do ponto de vista cultural.

Afinal, a história das Missões Jesuítico-Guaranis, quando contada a partir exclusivamente do seu aspecto “nacional”, não se mostra suficiente a tal objetivo, porquanto oculta processos de interação econômica entre as reduções e a sua importância dentro dos embates entre as Coroas de Espanha e Portugal pelo território da região platina. Daí a preocupação de algumas das instâncias culturais do Mercosul em, por exemplo, conectar a “saga guaranítica missioneira” à Colônia de Sacramento, no Uruguai, e também a outras Missões, tais como aquelas de Moxos e Chiquitos: fazendo-se, aponta-se (e procura-se justificar) como que as interconexões estabelecidas no passado podem ser ressignificadas na atualidade, a fim de fortalecer uma identidade comum ao bloco.

As reduções de São Miguel das Missões, no Brasil, *San Ignacio Mini*, na Argentina, ou *La Santísima Trinidad de Paraná e de Jesús de Tavarangue*, no Paraguai, são, assim, parte de um processo mais amplo. Tê-las como representativas de um idílico isolamento nacionalista implica negar-lhes justamente o seu já referido potencial caráter plural e interrelacional, características essas que, quando ativadas pelas instâncias institucionais do Mercosul, para utilizar o termo de Benedict Anderson, podem permitir a constituição de “comunidades imaginadas” para além das fronteiras nacionais, sem que tal resulte em homogeneização.

Referências

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo/SP: Companhia das Letras, 2008.

BUCHBINDER, Pablo. La Historiografía rio-platense y el problema de las orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAE*, Ano XIX, nº 69, série II. Montevidéo, 1994/1.

CANCLINI, Néstor Garcia. A Globalização: Objeto Cultural Não Identificado. In: CANCLINI, Néstor Garcia, *A Globalização imaginada*. São Paulo: EdUSP, 2007. p.41-68.

CHIARAMONTE, José Carlos. El problema de los orígenes de los estados hispano-americanos en la historiografía reciente y el caso del Río de la Plata. *Revista Anos 90*, n. 1, v.1, p.49-83, maio de 1993. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6117/3621>>. Acesso em: 20 de abr. 2016.

CONTI, Alfredo. *La Construcción del concepto de patrimonio em Argentina entre 1910 y 1940*. Buenos Aires: Anales LINTA, p.1-10, setembro de 2009. Disponível em: <http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/29088/Documento_completo_.pdf?sequence=1>. Acesso em: 26 de mar. 2015.

CHUVA, Márcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (1930-1940)*. Rio de Janeiro/RJ: Ed. UFRJ, 2009.

FLECHA, Victor Jacinto. *La revolución febrerista de 1936*. Assunção: Secretaria Nacional de Cultura de Paraguay, 2011. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.py/lang/es-es/2011/05/la-revolucion-febrerista-de-1936/>>. Acesso em: 11 de out. 2014.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/MinC-IPHAN, 1997.

FREGA, Ana. La Formación del Estado Uruguayo. *RILA - Revista de Integração Latino-Americana*, Ano II, n. 03, p. 23-45, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Maria, 2006.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2006.

GUERRA, François-Xavier. A nação na América Espanhola: a questão das origens. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p. 09-30, 1999.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro/RJ: DP&A Editora, 11ª Edição, 2002 (2006). Disponível em: <<http://www.cefetsp.br/edu/eso/culturainformacao/identidadeculturalhall.doc>>. Acesso em: 12 de out. 2014.

LESSA, Mônica Leite. Mercosul Cultural: desafios e perspectivas de uma política cultural. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, Ano I, n. 02, p. 50-58, Novembro de 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5322/3923>>. Acesso em: 27 de mar. 2015.

LEWGOY, Bernardo. Do velho ao antigo: etnografia do surgimento de um patrimônio. *Cadernos de Campo*, São Paulo/SP: USP, n. 5-6, p. 01-24, 1996.

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. A Trajetória do IPHAN nas Missões. In: MEIRA, Ana Lúcia Goelzer; PESAVENTO, Sandra Jatahy (Orgs.). *Fronteiras do Mundo Ibérico: Patrimônio, Território e Memória nas Missões*. Porto Alegre/RS: Editora da UFRGS/IPHAN, 2007.

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Vozes, 2ª edição, 2006.

PAGE, Carlos A. El lento proceso de valoración del legado cultural de la antigua Provincia Jesuítica del Paraguay. *Estudios del Patrimonio Cultural*, n. 09, p.06-30, novembro de 2012.

PIMENTA, João Paulo G.. *Estado e nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo/SP: Editora HUCITEC, 2002.

POMIAN, Krzysztof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi - Volume I - Memória – História*. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

PRATS, Llorenç. Antropologia del patrimônio. In: *Antropologia y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 2004.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo/SP: Ática, 1993.

ROMERO, José Luis. *Breve Historia de la Argentina*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 1996 (2004).

SMITH, Anthony. Identidades Nacionais e Outras. In: *Identidade Nacional*. Lisboa: Gradiva, 1997.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no MERCOSUL. *Revista Brasileira de Política Internacional*, n.51/1, p. 53-69, 2008.

TERNAVASIO, Marcela. *Historia de la Argentina (1806-1852)*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 1ª edição, 2009.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções criadoras: as identidades nacionais. *Revista Anos 90*, n. 15, p. 07-23, 2001/2002.

URIBARREN, Maria Sabina. A atuação da 'Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos' da Argentina entre 1938 e 1946: sua intervenção no Conjunto Jesuítico da Igreja da Companhia de Jesus e da Residência dos Padres na Cidade de Córdoba. São Paulo: USP, *Dissertação* (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo), Universidade de São Paulo, 2008. Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia Bressan Pinheiro.

VALVERDE, Rodrigo R.H.F. Os itinerários do Mercosul Cultural: Dilemas para a Territorialização das Missões Jesuíticas-Guaranis. *Revista Cadernos PROLAM/USP*, Ano 11, v.2. p. 09-20, 2012.

WILLIAMS, Daryle. Além da História-Pátria - As Missões Jesuítico-Guaranis, o Patrimônio da Humanidade e Outras Histórias. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n.34, p. 291-301, 2012.

ZAMORANO, Mariano Martin. La Evolución de las políticas culturales del Paraguay: hegemonias y transformaciones. *Cuadernos de observación en gestión y políticas culturale*,

Ano I, Série del Boletín de Gestión Cultural n. 01. Barcelona: Programa de Gestión Cultural, 2012. p. 08-23.

Fontes

ARGENTINA. *LEY 12.665/40*. Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. Buenos Aires, 30/09/1940. Texto disponível em: <http://www.mecon.gov.ar/digesto/leyes/ley12665.htm>. Último acesso: 12/10/2014.

_____. *GUÍA DE MONUMENTOS*. Comisión Nacional de Museos y de Monumentos y Lugares Históricos. Buenos Aires, 2008.

COSTA, Lúcio. Igreja de São Miguel (Ruínas) São Miguel das Missões-RS. In: PESSÔA, José (Org.), *Lúcio Costa: Documentos de Trabalho*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2ª edição, 2004.

IPHAN. *Lista de Bens Tombados (1938-2015)*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista_Bens_Tombados_pelo_Iphan_%202015.pdf. Acesso em: 03 de ago. 2015.

MERCOSUL. *Protocolo de Integração Cultural do Mercosul*. Fortaleza, 17/12/1996. Disponível em: http://www.mercosur.int/msweb/Normas/Tratado%20e%20Protocolos/Dec_011_096_Pro%20Integra%C3%A7%C3%A3o%20Cultural%20MCS_Ata%20_96.pdf. Acesso em: 12 de out. 2014.

_____. *Reunião Técnica Internacional sobre o Projeto de Itinerário Cultural da Região das Missões*. Foz do Iguaçu, 23-26/05/2011. Itinerário Cultural das Missões Jesuíticas Guaranis, Moxos e Chiquitos no Mercosul. Projeto de Fortalecimento Institucional Para Sua Definição e Desenvolvimento. Disponível em: http://www.mercosur.int/innovaportal/file/5222/1/gmc_2012_ata03-ext_ane12_pt_itinerario_cultural_-_formato_digital.pdf. Acesso em: 12 de out. 2014.

_____. *Tratado para a Constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República do Uruguai* (Tratado de Assunção). Assunção, 26/03/1991. Disponível em: http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/processoAudienciaPublicaAdpf101/anexo/Tratado_de_Assuncao..pdf. Acesso em: 12 de out. 2014.

_____. *II Reunião da Comissão de Patrimônio Cultural do Mercosul*. Salvador, 26-28/01/2009.

_____. *X Reunião do Conselho de Ministros da Cultura do Mercosul*. Buenos Aires, 22/06/2000. Disponível em: blogs.cultura.gov.br/mercosur/files/.../mercosul-rmc-ata-n-1-2000.doc. Acesso em: 12 de out. 2014.

_____. *XI Reunião do Conselho de Ministros da Cultura do Mercosul e Países Associados*. Rio de Janeiro, 20/12/2000. Disponível em: blogs.cultura.gov.br/mercosur/files/.../mercosul-rmc-ata-n-2-2000.doc. Último acesso: Acesso em: 12 de out. 2014.

Data de recebimento: 31.05.2015

Data de aceite: 16.07.2015